

# Por que a saúde no País não está dando certo

JORNAL DA TARDE

Nesta hora ninguém quer assumir a culpa. O governo federal, por meio do Ministério da Saúde, procura responsabilizar os governos estaduais e os antigos generais-presidentes. Os administradores estaduais, por sua vez, tentam transferir a culpa do descaso para o governo federal — o atual e os anteriores — e para seus antecessores. Todos invocam a escassez de recursos financeiros para justificar o descalabro e a situação assustadora a que chegou a saúde pública no Brasil.

A verdade é que as autoridades presentes e passadas só agora descobriram que o País está doente, numa situação muito próxima à do início do século, quando o sanitário Oswaldo Cruz conseguiu, depois de uma luta de quatro anos, erradicar a febre amarela do Rio de Janeiro, então Capital da República. O quadro da saúde brasileira em nossos dias é preocupante: o Aedes aegypti, mosquito transmissor da febre amarela, reapareceu na região metropolitana do Rio e já contaminou pelo menos 350 mil pessoas com o dengue, uma forma mais branda de epidemia. Focos do mosquito já foram localizados em São Paulo, também com vítimas, e em mais 12 outros Estados. Dois casos de febre amarela, doença muito mais perigosa transmitida pelo Aedes — e que, muitas vezes, é fatal —, já foram registrados em São Paulo.

Em Brasília, uma das cidades materialmente mais bem atendidas do País, o menino Edwan Lopes da Silva, de oito anos, picado por uma cobra jararacussu, morreu no domingo passado porque não foi atendido a tempo — faltava soro antiofídico em vários hospitais da cidade. Cerca de 70 mil pessoas morrem anualmente no Brasil como o menino Edwan, parte por má informação e parte porque simplesmente não encontra o remédio. O Instituto Butantã, que foi um estabelecimento modelar, simplesmente não consegue atender a nem um terço da demanda nacional de soro. Por razões que veremos abaixo. Mas há mais casos a registrar: aumenta o número de pessoas que contraíram esquistossomose; em São Paulo já se registraram 37 casos de febre purpúrica; no Nordeste cresce o número de vítimas da poliomielite, apesar das campanhas anuais de vacinação encetadas desde o governo Figueiredo, bem-sucedidas nos primeiros tempos.

As autoridades federais, estaduais e municipais, engalfinando-se numa disputa para ver quem leva a responsabilidade pelo que está acontecendo, não podem alegar desconhecimento dos perigos que rondavam a saúde dos brasileiros há muito tempo. Nem as autoridades do presente nem as dos governos passados. Os alertas foram muitos. O Aedes aegypti foi localizado no Rio de Janeiro em 1976. Em 1982, o médico Leônidas Deane, hoje diretor do Centro de Entomologia do Instituto Oswaldo Cruz, identificou este mosquito no Pará e advertiu as autoridades sanitárias da época. A revista A Saúde do Brasil, órgão oficial do Ministério da Saúde, publicou em outubro de 1983 um artigo dos professores Ronaldo do Amaral e Pedro Luís Tauil, advertindo exatamente sobre a ameaça de surtos de febre amarela e de dengue.

O caso do Instituto Butantã é outro triste e lastimável exemplo do abandono dos serviços sanitários e de saúde no Brasil. A instituição, que era um modelo de organização e competência, foi sendo paulatinamente abandonada de uns tempos para cá. Essa situação se deteriorou ainda mais nos últimos anos, à medida que aumentavam as interferências políticas, segundo uma denúncia do técnico em Patologia Clínica Paulo César Bonfim, que há 13 anos se dedica à pesquisa da obra de Vital Brasil e do Butantã. A verdade é que a instituição chegou agora a uma situação de quase caos: falta dinheiro até mesmo para manter em ordem as instalações básicas de seus prédios. Desde o ano passado vem sendo denunciada a falta de soro antiofídico em várias regiões do País, mas nem o governo do sr. Franco Montoro nem o do presidente José Sarney tomaram qualquer providência para liberar os recursos de que o órgão necessita para poder entregar as 450 mil doses de que o País precisa.

No início deste ano foram pedidos Cr\$ 100 bilhões (hoje Cr\$ 100 milhões) à Secretaria do Planejamento da Presidência da República, mas o dinheiro não apareceu. Lembramos que ocupa a Seplan o paulista João Sayad, que durante dois anos foi o responsável pelo orçamento do governo do Estado na administração Montoro. Esse dinheiro de que o Instituto Butantã necessita é muito menos, por exemplo, do que o que se gasta com o pagamento de jetons a deputados e senadores que não comparecem às sessões da Câmara e do Senado. E muito menos ainda que o que gastam os governantes com campanhas publicitárias que, na verdade, são meras promoções pessoais. A crise do Instituto Butantã, infelizmente, não é um fato isolado no governo brasileiro nem na administração pública federal. Outras instituições modelares de nosso Estado, como o Instituto Adolfo Lutz e o Hospital das Clínicas, enfrentam dramas semelhantes. Sem contar a tenebrosa situação das universidades públicas, hoje mais dirigidas para a política do que para a formação dos cientistas e dos profissionais de que o País precisa para tocar o seu desenvolvimento.

São descabidas as desculpas apresentadas por algumas autoridades, entre elas o ministro da Saúde, professor Roberto Santos, de que o governo não tem verbas para atender a todas as demandas nesta área. Não tem porque não quer. Tudo se resume a uma questão de prioridade. Um governo que se dispõe a enterrar Cr\$ 15,6 bilhões na Siderbrás em 1985, autêntico monumento à incompetência estatal, não pode alegar falta de dinheiro para combater as doenças que ainda assolam a vida dos brasileiros. A saúde do brasileiro custaria bem menos.

Governos não foram feitos para produzir aço, e um conjunto de outras coisas que nossas autoridades têm em continuar administrando, exatamente em detrimento da saúde, da educação e da segurança dos cidadãos. Em todos os países do mundo, em qualquer regime, todos os governos que se meteram a empresários mergulharam a administração pública num caos, misto de incompetência, inefficiência e corrupção. Em contrapartida, as condições de vida da população desses países foram-se deteriorando.

Políticos sem uma visão mais ampla das questões nacionais, sem aquela garra e aquela lucidez que caracterizam os verdadeiros estadistas, realmente não se sentem tentados a investir em áreas como a saúde, a educação, a segurança, a não ser quando o quadro se torna desesperador. Esses investimentos não são bastante visíveis e, por isso, não dão retorno — político-eleitoral — a curto prazo; às vezes passam despercebidos durante anos. Muito melhor para essa gente é construir a Transamazônica ou asfaltá-la, como estão conjecturando neste momento em Brasília.